

Uma publicação da



Sociedade
Nacional de
Agricultura

Inteligência em Agronegócio desde 1897

animal business BRASIL

FLÁVIO OBINO FILHO

Recuperação
das corridas
de cavalo

UNIVERSIDADE DA FLÓRIDA

Mais de 20
especialidades em
veterinária

UM ANO PARA VENCER

Roberto Rodrigues –
ex-ministro
da Agricultura

HARAS CI

0.00.19



ISSN 2227-132X



R\$ 12,00



9 117 22237 132007

editorial

Flávio Obino Filho, de tradicional família de criadores e turfistas, no seu bem fundamentado artigo – que é a nossa matéria de capa - apresenta uma série de sugestões para o desenvolvimento da criação do cavalo PSI-Puro Sangue Inglês e a recuperação das corridas de cavalo, que já conheceram dias melhores no Brasil.

Na sua opinião, essa atividade viveu, no século passado, o seu auge e também o seu declínio, consequência do futebol como esporte de massa e da multiplicidade das opções de lazer além das diversas oportunidades atuais de tentar a sorte oferecidas pelas loterias oficiais.

Matéria que merece uma atenção especial dos leitores em geral, e especialmente dos veterinários interessados em residência nos Estados Unidos, é a entrevista concedida pelo médico veterinário oftalmologista Jorge Pereira à jornalista Béth Melo.

Pereira conhece em profundidade como funciona uma faculdade de veterinária do Primeiro Mundo tendo sido *Adjunct Assistant Professor* no *College of Veterinary Medicine University of Florida*, uma das quatro mais importantes escolas do ramo dos Unidos.

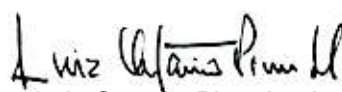
“A pecuária, em geral, precisa urgentemente passar por uma revolução tecnológica intensa para ter melhores condições de competitividade com outras atividades do agronegócio. Apesar de ter evoluído muito nas últimas décadas, a pecuária comercial ainda pode melhorar seus índices de produtividade” – é o que nos diz o presidente da ABCZ – Luiz Cláudio Paranhos em seu artigo.

Luiz Francisco Pfeifer, pesquisador da Embrapa-Rondônia, inventou um aparelho simples e muito útil, chamado *Vetscore*, uma ferramenta “para a avaliação objetiva da condição corporal (CC) de vacas leiteiras”. Veja como funciona na matéria sob o título “Nova ferramenta para avaliar a condição corporal do rebanho”.

O Doutor em Ciência e Tecnologia de Alimentos, Marco Antonio Sloboda Cortez, defende que está na hora das mudanças na nossa cadeia láctea. Ele nos dá conta de que a produção de leite no Brasil, que no início do século XX era de 22 mil toneladas, em 2013 chegou a mais de 32 mil toneladas, uma quantidade que ele considera assustadora “pois origina diversos questionamentos”.

“Depois dos mosquitos, os carrapatos hematófagos estão em segundo lugar como fonte de transmissão de patógenos aos seres humanos, mas estão em primeiro lugar como fonte de transmissão de patógenos para os animais” – adverte o MSc Matheus Dias Cordeiro na sua matéria “Ecologia da febre Maculosa”.

“Os desafios do crédito rural” – de autoria do Mestre em Desenvolvimento Econômico Felipe Prince Silva é mais uma das várias matérias de grande utilidade para o leitor que nos distingue com a sua atenção, como também a que trata do AgroSoftware, da engenheira eletrônica Vanda Scartezini. Esse recurso da informática representa um volume superior a US\$ 300 milhões, superior a 2% do mercado interno brasileiro de software.



Luiz Octávio Pires Leal

Editor



Fundador e Patrono:
Octavio Mello Alvarenga

Presidente:
Roberto Rodrigues

DIRETORIA EXECUTIVA

Antonio Mello Alvarenga Neto	Presidente
Maurílio Biagi Filho	1º vice-presidente
Osaná Sócrates de Araújo Almeida	2º vice-presidente
Joel Naegele	3º vice-presidente
Tito Bruno Bandeira Ryff	4º vice-presidente
Francisco José Vilela Santos	Diretor
Hélio Meirelles Cardoso	Diretor
José Carlos Azevedo de Menezes	Diretor
Luiz Marcus Suplicy Hafers	Diretor
Ronaldo de Albuquerque	Diretor
Sérgio Gomes Malta	Diretor

COMISSÃO FISCAL

Claudine Bichara de Oliveira
Maria Cecília Ladeira de Almeida
Plácido Marchon Leão
Roberto Paraíso Rocha
Rui Otavio Andrade

DIRETORIA TÉCNICA

Alberto Werneck de Figueiredo	Mauro Rezende Lopes
Antonio Freitas	Paulo M. Protásio
Claudio Caiado	Roberto Ferreira S. Pinto
John Richard Lewis Thompson	Rony Rodrigues Oliveira
Fernando Pimentel	Ruy Barreto Filho
Jaime Rotstein	Claudine Bichara de Oliveira
José Milton Dallari	Maria Cecília Ladeira de Almeida
Katia Aguiar	Plácido Marchon Leão
Marcio E. Sette Fortes de Almeida	Roberto Paraíso Rocha
Maria Helena Furtado	Rui Otavio Andrade

CADEIRA	TITULAR
01	ROBERTO FERREIRA DA SILVA PINTO
02	JAIME ROTSTEIN
03	EDUARDO EUGÊNIO GOUVÊA VIEIRA
04	FRANCELINO PEREIRA
05	LUIZ MARCUS SUP LICY HAFERS
06	RONALDO DE ALBUQUERQUE
07	TITO BRUNO BANDEIRA RYFF
08	LINDOLPHO DE CARVALHO DIAS
09	FLÁVIO MIRAGAIA PERRI
10	JOEL NAEGELE
11	MARCUS VINÍCIUS PRATINI DE MORAES
12	ROBERTO PAULO CEZAR DE ANDRADE
13	RUBENS RICÚPERO
14	PIERRE LANDOLT
15	ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES
16	ISRAEL KLABIN
17	JOSÉ MILTON DALLARI SOARES
18	JOÃO DE ALMEIDA SAMPAIO FILHO
19	SYLVIA WACHSNER
20	ANTÔNIO DELFIM NETTO
21	ROBERTO PARAÍSO ROCHA
22	JOÃO CARLOS FAVERET PORTO
23	SÉRGIO FRANKLIN QUINTELLA
24	SENADORA KÁTIA ABREU
25	ANTÔNIO CABRERA MANO FILHO
26	JÓRIO DAUSTER
27	ELIZABETH MARIA MERCIER QUERIDO FARINA
28	ANTONIO MELO ALVARENGA NETO
29	
30	JOHN RICHARD LEWIS THOMPSON
31	JOSÉ CARLOS AZEVEDO DE MENEZES
32	AFONSO ARINOS DE MELLO FRANCO
33	ROBERTO RODRIGUES
34	JOÃO CARLOS DE SOUZA MEIRELLES
35	FÁBIO DE SALLES MEIRELLES
36	LEOPOLDO GARCIA BRANDÃO
37	ALYSSON PAOLINELLI
38	OSANÁ SÓCRATES DE ARAÚJO ALMEIDA
39	DENISE FROSSARD
40	LUÍS CARLOS GUEDES PINTO
41	ERLING LORENTZEN



DIRETOR RESPONSÁVEL

Antonio Mello Alvarenga Neto
diretoria@sna.agr.br

EDITOR

Luiz Octavio Pires Leal
piresleal@globo.com

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Marcio Sette Fortes

CONSULTORES

Alfredo Navarro de Andrade
alfredonavarro@terra.com.br

Alexandre Moretti

cdt@pesagro.rj.gov.br

Fernando Roberto de Freitas Almeida

freitasalmeida03@yahoo.com.br

Roberto Arruda de Souza Lima

raslima@usp.br

SECRETARIA

Maria Helena Elguesabal

adm.diretoria@sna.agr.br

Valéria Manhães

valeria@sna.agr.br

REVISÃO

Andréa Cardoso

DIAGRAMAÇÃO E ARTE

I Graficci Comunicação e Design

igraficci@igraficci.com.br

CAPA

Karol Loureiro

PRODUÇÃO GRÁFICA

Juvenil Siqueira

CIRCULAÇÃO

DPA Consultores Editoriais Ltda.

dpacon@uol.com.br

Fone: (11) 3935-5524

DISTRIBUIÇÃO NACIONAL

FC Comercial

Sumário



06 A hora de mudanças na nossa cadeia láctea

12 O AgroSoftware, as tendências de tecnologia e as oportunidades do Brasil

19 A produtividade no foco da pecuária

22 Novo olhar sobre a equinocultura

25 Um ano para vencer

28 Ciência e Tecnologia

31 Nova ferramenta para avaliar a condição corporal do rebanho

34 A Faculdade de Veterinária da Universidade da Flórida oferece residência para mais de 20 especialidades

40 Os desafios do crédito rural

45 Ecologia da Febre Maculosa

48 Sugestões para o desenvolvimento do Puro Sangue Inglês e a recuperação das corridas de cavalo no Brasil

54 Top News

58 Pecuária leiteira: tecnologia para o produtor familiar

62 Sebrae-SC e CIDASC ajudam empresas a se adequarem ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal

66 Opinião

Os desafios do crédito rural

Por: Felipe Prince Silva -Economista e Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP, Economista-sócio da Consultoria Agrosecurity e Agrometrika Informática

A finalidade deste artigo é apontar os principais desafios do governo em relação ao crédito rural no Brasil. Através do crédito, são direcionados recursos excedentes do “credor”, para um agente que necessita de recursos, o “devedor”. Do ponto de vista de fonte de recursos, o crédito pode ser classificado: 1) Público: recursos arrecadados pelo Estado e 2) Privado: recursos das famílias e de empresas.

Historicamente, no Brasil, a atuação dos recursos de fonte pública no financiamento ao setor agropecuário é expressiva. A forte participação do Estado no fornecimento de crédito rural possui três justificativas principais: 1) Essencialidade da produção agropecuária para a população; 2) Importância dos produtos agropecuários para o saldo da balança

comercial e 3) Ambiente de alto risco da atividade agropecuária, o que dificulta que as fontes privadas, através da livre iniciativa, possam oferecer crédito suficiente para atender toda a demanda do setor.

Políticas predominantes

Nos últimos anos, as políticas públicas predominantes de crédito rural têm sido baseadas em dois pontos: 1) Taxa de juros subsidiadas, atualmente em 6,5% a.a. para crédito de custeio e 2) Alta participação dos bancos públicos, que representam 64% do crédito rural total ofertado, contabilizado pelo Banco Central em 2012. A Figura 1 ilustra esse mecanismo.

Figura 1. Modelo atual de política de crédito rural no Brasil

Política de Crédito Atual vigente baseada em: 1) Taxa de juros subsidiadas 2) Alta participação de recurso públicos	Bancos públicos => 64%
	Bancos privados => 36%

Falta crédito

Apesar da importância dessas medidas, o volume ofertado de crédito ainda é insuficiente para atender toda a demanda do setor. Segun-



Economista MSc Felipe Prince Silva.

“ O ambiente de crédito rural é marcado por riscos mais elevados em relação aos demais setores da economia

Para atender a esse déficit, torna-se cada vez mais difícil o aumento do crédito de fontes públicas, pois o contexto atual é de dificuldades de obtenção de superávit primário pelo Governo Federal e de forte pressão inflacionária na economia brasileira. Assim, a alternativa mais favorável é o aumento da participação do capital privado na matriz de financiamento dos produtores rurais brasileiros.

Riscos mais elevados

do dados do IBGE, em 2012, a área total cultivada no Brasil foi de 69,2 milhões de hectares e, segundo dados do Banco Central, a área financiada com o crédito rural foi de 27,2 milhões de hectares, o que representa 39,4% da área total. Portanto, em 2012, 60,6% da área cultivada no país não foi financiada com crédito rural oficial, o que demonstra o significativo déficit de recursos que ainda existe nesse campo. Destaca-se que existe ainda o crédito comercial ou informal, mas que não é contabilizado pelo Banco Central.

No entanto, como já citado anteriormente, o ambiente de crédito rural é marcado por riscos mais elevados em relação aos demais setores da economia, o que provoca uma certa aversão dos financiadores privados ao setor. Então, para que haja maior participação do crédito privado no meio rural brasileiro, é necessário o desenvolvimento de um ambiente institucional favorável para que os bancos e investidores privados possam concorrer para ofertar crédito em volume suficiente. A Figura 2 demonstra os dois caminhos para aumentar o volume de crédito rural no país.

Figura 2. Alternativas para aumento do crédito rural no Brasil

Alternativa 1: Aumento do Crédito Público. Essa política já tem sido adotada e torna-se cada vez mais difícil a sua expansão, face às outras demandas da sociedade, dificuldades de obtenção de superávit primário e pressão inflacionária.	Alternativa 2: Aumento do Crédito Privado. Para isso, é necessário a adoção de medidas para resolução do gargalos estruturais e melhoria do ambiente institucional que afeta o setor para que haja atratividade para o capital privado (vide Tabela 1).
---	---

Nesse sentido, na Tabela 1, estamos elencando dez itens com a descrição dos principais desafios do próximo governo para a melhoria dos mecanismos de oferta do crédito rural. Os itens estão classificados em três categorias: 1- Macroeconômicos; 2 – Estruturais e 3 – Setoriais.

O primeiro grupo de desafios contém três itens e refere-se a fatores de ordem macroeconômica.

Controle inflacionário

É necessário o controle da subida generalizada dos preços, hoje muito superior à meta de inflação (4,5% a.a.), através de equilíbrio das contas públicas e aumento da oferta para evitar distorções contratuais e perda de poder aquisitivo por parte da população de menor renda, o que prejudica os diferentes setores da economia, inclusive o agronegócio.

Controle do endividamento público e transparência fiscal

A obtenção de superávit primário, transparência e responsabilidade fiscal é importante para evitar a aceleração do processo inflacionário e aumentar a confiança dos investidores para aumentar os investimentos, o emprego e a renda.

Reforma tributária

Para a promoção de “desburocratização” e diminuição dos custos de transação do processo produtivo, hoje muito elevados no país.



O Brasil possui ainda um enorme déficit de infraestrutura na malha de transportes, caracterizada pela alta dependência (52% contra 28% , nos Estados Unidos) do transporte rodoviário

Como segundo grupo de desafios, estão os aspectos denominados “estruturais”.

Aumento do investimento em infraestrutura e logística

O Brasil possui ainda um enorme déficit de infraestrutura na malha de transportes, caracterizada pela alta dependência do modal rodoviário (52% do total, contra 28% nos EUA). Deve-se aumentar o investimento, especialmente no Centro-Oeste e Norte, para diminuir os altos custos de transporte da “porteira para fora”, em direção aos portos, o que aumenta o chamado “custo Brasil”.

Fortalecimento dos acordos comerciais internacionais

É necessário o alinhamento adequado com os países de maior renda e incentivar a maior agregação de valor ao produto exportado, especialmente na cadeia de carnes, em que o valor agregado aos produtos de exportação ainda é baixo no país.

Como terceiro grupo de desafios, estão os aspectos “setoriais”, ligados diretamente ao agronegócio. A resolução desses itens é imprescindível para o controle do ambiente de risco de crédito existente atualmente no agronegócio brasileiro e que diminui o interesse do capital privado para financiar o setor. São cinco os desafios enumerados nessa categoria.

Desenvolvimento do mercado de seguro rural

Hoje o mercado de seguro rural é pouco desenvolvido no país (apenas cerca de 15% da área é segurada no Brasil, enquanto na Argentina essa proporção é de 90%) e apresenta alta necessidade de subvenção do Estado. É necessário o desenvolvimento desse mercado para provocar diminuição dos riscos de inadimplência para os financiadores. Esse processo tenderá a aumentar a oferta de crédito e, conseqüentemente, diminuir a taxa de juros para o setor como um todo.

Regulamentação do mercado de terras

É necessário o fortalecimento dos trabalhos interministeriais e com instituições financeiras para unificar os cadastros de terras, hoje baseados em cartórios pulverizados e sem registro eletrônico. Esse processo tende a melhorar a gestão documental e a diminuir os custos das operações de crédito rural, já que os imóveis rurais são amplamente utilizados como bens de garantias (hipotecas) nas operações de crédito.

Tabela 1. Crédito rural: desafios do próximo governo

1- Macroeconômicos	
Desafio	Objetivo
1.1 - Controle inflacionário	Evitar distorções contratuais, desconfiança dos investidores e perda de poder de aquisição do consumidor, especialmente de menor renda.
1.2 - Controle do endividamento público e transparência fiscal	Evitar processos inflacionários e aumentar a confiança de investidores na economia.
1.3 - Reforma Tributária	Desburocratização e diminuição dos custos de transação no processo produtivo.
2 - Estruturais	
Desafio	Objetivo
2.1 - Aumento do investimento em infraestrutura e logística	Diminuição de custos de escoamento da produção e melhora do preço recebido pelos produtores na origem.
2.2 - Fortalecimento dos acordos comerciais internacionais	Abertura de novos mercados para os produtos brasileiros com maior agregação de valor na mercadoria.
3 - Setoriais	
Desafio	Objetivo
3.1 - Fortalecimento do mercado de seguro rural	Diminuição de risco para os financiadores e aumento da participação dos bancos privados no financiamento aos produtores rurais.
3.2 - Regulamentação do mercado de terras	Maior transparência no processo de concessão de garantias e diminuição dos custos de transação.
3.3 - Assistência Técnica e extensão rural no campo	Melhoria da utilização do fator capital humano e utilização mais intensa do capital aplicado.
3.4 - Mecanismos privados de proteção de preços	Estabilidade da renda dos produtores em momentos de volatilidade do mercado de <i>commodities</i> agropecuários e do câmbio.
3.5 - Melhora das informações públicas	Diminuição das assimetrias de informações existentes entre o financiador e o produtor.



A diminuição da dependência do setor público é importante para evitar que a conta de um setor seja paga por toda a sociedade e evitar os “vícios políticos”

Assistência técnica e extensão rural no campo

A fim de melhorar a produtividade do trabalho no campo e provocar utilização mais intensiva do capital aplicado no processo de produção, especialmente nas regiões menos desenvolvidas do país.

Mecanismos privados de proteção de preços

Existe uma grande volatilidade dos preços no mercado global de *commodities* agropecuárias, o que afeta diretamente a renda dos produtores no Brasil. Portanto, a existência de mecanismos privados de proteção de preços das *commodities* é fundamental para manter a estabilidade da renda da atividade e diminuir os riscos financeiros associados a ela. Hoje, as políticas governamentais de preço mínimo são insuficientes para atender toda a demanda existente.

Melhora da divulgação das informações do setor

Para que ocorra diminuição das assimetrias de informação existente entre o produtor e o financiador e diminuição do “risco moral”, no âmbito microeconômico.

Portanto, os tópicos do Quadro 1 apontam a necessidade do desenvolvimento de um ambiente institucional mais adequado no Brasil, com a resolução dos problemas que afetam os diferentes agentes participantes da sociedade, de forma individual e coletiva.

Financiamento privado

A resolução desses pontos incentivará a entrada de financiadores privados no agronegócio brasileiro, tanto via mercado de crédito, quanto via mercado de capitais. Nesse sentido, será natural a obtenção de taxas de juros mais baixas, em um cenário de maior oferta de recursos, com a diminuição da necessidade de subsídios governamentais e ônus para a sociedade, como é adotado no modelo atual esquematizado na Figura 1.

Obviamente, como existe grande heterogeneidade regional e entre as diferentes cadeias do agronegócio brasileiro – tais como carnes, leite, grãos, sucroalcooleiro, hortifrútiis –, essas especificidades devem ser levadas em conta pelos formuladores de políticas públicas para que possam aperfeiçoar as regras de distribuição e a oferta de crédito rural no país.

Menos dependência do setor público

Em suma, a diminuição da dependência do setor público é importante para evitar que a conta de um setor seja paga por toda a sociedade e principalmente para evitar os “vícios políticos” das tomadas de decisões, que poderão ser melhor orientadas pelos movimentos de mercado, desde que controlado por um Estado que tenha um pensamento de construção de uma nação e que não seja dominado por um viés ideológico de um grupo restrito de interesses. Os retornos dos investimentos públicos serão mais elevados se forem direcionados para as melhorias das instituições e remoções dos gargalos estruturais que afetam a sociedade como um todo.